

DEPOIS DE VÓS. A EMBLEMÁTICA DA CASA DE BRAGANÇA (SÉCULOS XV-XX)*

MIGUEL METELO DE SEIXAS**

Resumo: Desde a sua criação no século XV, a Casa de Bragança adoptou uma heráldica que procurava manifestar a sua proximidade em relação ao ramo primogénito e legítimo da Casa Real portuguesa. Tal estratégia de aproximação visual viu-se reforçada na transição para o século XVI, quando o duque D. Jaime, declarado herdeiro da Coroa, foi autorizado a usar as armas reais com a diferença competente. Foi este mesmo titular quem assumiu uma empresa, a figura de um nó acompanhado da letra «Depois de Vós», que se tornaria hereditária na Casa de Bragança. Esta empresa soube adaptar-se ao papel político que a Casa de Bragança desempenhou nos reinados finais da dinastia de Avis e, depois, durante os tempos da monarquia dual luso-espanhola sob égide da Casa de Habsburgo. Abandonada após a restauração da independência portuguesa em 1640, tal emblemática foi restabelecida no século XIX, no contexto cultural do romantismo e político da monarquia constitucional.

Palavras-chave: heráldica; emblemática; empresas; Casa de Bragança; Portugal.

Abstract: Since its creation in the 15th century, the House of Braganza adopted a heraldry that sought to manifest its proximity to the first-born and legitimate branch of the Portuguese Royal House. This strategy of visual approximation was reinforced in the transition to the 16th century, when the Duke Dom Jaime, declared heir to the Crown, was authorized to use the royal arms with a proper mark of cadency. This same duke assumed as a badge the figure of a knot accompanied by the letter «After you», which would become hereditary in the House of Braganza. This badge was able to adapt to the political role that the House of Braganza played in the final reigns of the dynasty of Avis and then during the times of the dual Luso-Spanish monarchy under the House of Habsburg. Abandoned after the restoration of the Portuguese independence in 1640, this emblem was re-established in the 19th century, in the cultural context of Romanticism and the political context of constitutional monarchy.

Keywords: heraldry; emblems; badges; House of Braganza; Portugal.

No âmbito da renovação epistemológica de que a heráldica beneficiou no último meio século, tem sido destacada a sua natureza como código de auto-representação e de comunicação visual¹. Dentro deste código, assim entendido, cada sinal beneficia certamente do seu próprio valor individual. Mas cada sinal só adquire todo o seu significado quando é confrontado com outros, seja por aproximação ou por antagonismo. Assim, pode dizer-se que a heráldica forma um sistema, desenvolvido em vários tipos de compartimentos. Este texto foi concebido como uma reflexão sobre esta capacidade dos sinais heráldicos se

* Se o *copyright* de tabelas, gráficos e outras imagens não for indicado, pertence ao autor deste texto.

** Investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade NOVA de Lisboa. Email: miguelmeteloseixas@fcsh.unl.pt. Este trabalho é financiado por fundos nacionais portugueses através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. — no âmbito da Norma Transitória — DL 57/2016/CP1453/CT0041, e dos projectos estratégicos UIDB/00749/2020 e UIDP/00749/2020. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

¹ PASTOUREAU, 1993; MENÉNDEZ PIDAL, 2014; SAVORELLI, 2013.

relacionarem uns com os outros, de dialogarem, de se entrelaçarem, com base no estudo do caso emblemático (em diferentes sentidos) da Casa de Bragança. O estudo está dividido cronologicamente em duas partes: em primeiro lugar, centra-se na formação dos emblemas desta Casa nos séculos XV-XVI e no seu prolongamento até ao advento como Casa Real, em 1640; em segundo lugar, analisa a reinvenção destes mesmos emblemas no século XIX, no contexto cultural do romantismo e no contexto político da monarquia constitucional, até à queda do regime em 1910.

D. Afonso, filho natural de D. João I de Portugal e primeiro duque de Bragança, usou um escudo de prata com uma cruz vermelha, carregada com cinco escudetes das armas reais. A origem destas primitivas armas da Casa de Bragança deu origem a uma certa controvérsia, já antiga, entre heraldistas². Para reconstituí-la, sigamos o trabalho de Miguel de Mello e Castro³ que salienta, em primeiro lugar, a falta de uma obra de referência sobre a heráldica da Casa de Bragança — situação que, infelizmente, se perpetua até aos nossos dias⁴. Como se pode ver, o primeiro duque de Bragança usou armas claramente inspiradas nas da Casa Real, mas dispostas de modo a tornar evidente a sua origem ilegítima, seguindo assim o bom preceito heráldico. Adoptou ou recebeu, de facto, um campo de prata com uma cruz de vermelho, peça esta que servia, precisamente, para marcar o estatuto de filho natural, como assinalou, mais tarde, no reinado de D. Manuel I, o rei de armas Portugal: «todos os que sam nacidos de nõ llygitimo matrimonio trazem as armas de seus padres com deferenças ou trazem filletes ou trazem aspa segundo for abastardia Em tall maneira que Rompa as armas»⁵. Se é verdade que a aspa de vermelho podia indicar uma origem ilegítima, não é menos certo que tinha de haver, nas armas do duque D. Afonso, outros elementos que permitiam que o observador concluísse que ele era um membro da Casa Real portuguesa: para este fim, vinham os escudetes das armas reais, nas modalidades que se irão analisar, carregar a referida aspa.

Na variação destas modalidades reside a controvérsia que, ao longo dos anos, tem afrontado vários heraldistas. Não há qualquer dúvida de que os elementos heráldicos retirados das armas do rei de Portugal são reproduzidos cinco vezes na aspa da Casa de Bragança. Quanto à natureza exacta destes elementos, os autores diferem: alguns identificam-nos como simples quinas (ou seja, escudetes de azul com cinco besantes de prata); outros defendem a presença de escudetes com o chamado Portugal-Antigo (em campo de prata, cinco escudetes de azul postos em cruz, cada escudete carregado de cinco besantes do campo)⁶. Apesar de tudo o que estes autores disseram em defesa

² SEIXAS, GALVÃO-TELES, 2002: 159-161; 2005: 260-264.

³ CASTRO, 1957: 140-154.

⁴ MATTOS, 1940: 63-75.

⁵ RODRIGUES, 1931: 148.

⁶ CASTRO, 1957, cita como defensores da primeira tese Francisco Soares Toscano, Anselmo Braamcamp Freire, Armando de Mattos e o barão Hervé Pinoteau; e, como apoiantes da segunda, António de Villas-Boas Sampaio, D. António Caetano de Sousa, Santos Ferreira e Afonso de Dornelas. Cf. SEIXAS, COLAÇO, 2007: 50-54.

das respectivas teses, hoje parece indiscutível que a verdade reside numa terceira hipótese apresentada por Miguel de Mello e Castro, baseada no exame de um monumento contemporâneo, o túmulo de D. Beatriz Pereira (filha do condestável D. Nuno Álvares Pereira e primeira esposa de D. Afonso, primeiro duque de Bragança), em Vila do Conde: aí, podemos observar que «desde a primeira geração da Casa de Bragança que as armas completas do reino carregam o sautor do brasão desta grande Família»⁷. Assim, os elementos que carregavam originalmente a aspa de Bragança não eram nem as simples quinas, nem escudetes de Portugal-Antigo, mas escudetes das armas reais na sua completude, incluindo a bordadura vermelha com castelos de ouro (embora sem as pontas da cruz da Ordem de Avis), que os heraldistas designam como Portugal-Moderno.

Para além deste testemunho do túmulo de Beatriz Pereira, João Paulo de Abreu e Lima, também apoiante da presença de armas completas no escudo de Bragança, nomeia outro: o armorial ocasional feito pelo arauto português Constantinopla em 1416, por ocasião do Concílio de Constança⁸ (Fig. 1).



Fig. 1. Armas de D. Afonso, conde de Barcelos, futuro primeiro duque de Bragança
Fonte: *De Ministerio Armorum*, c. 1416, John Rylands University Library, Manchester, ms. lat. 28, J

E também José Guilherme Calvão Borges informa acerca do primeiro túmulo do duque de Bragança, que durante séculos permaneceu «na Igreja do Convento da Veiga [de Chaves] e, em 1654, acompanhou os frades quando estes se transferiram para

⁷ CASTRO, 1957: 147.

⁸ LIMA, 1998: 96, 118-120; PARAVICINI, 2008: 155-188; SANTOS, 2008; NASCIMENTO, *ed.*, 1977.

o Convento de São Francisco [...]. Em 26 de Setembro de 1942 foi trasladado para o Panteão dos Duques de Bragança, na Igreja de Nossa Senhora da Graça no Mosteiro dos Agostinhos em Vila Viçosa, onde hoje se encontra⁹, com uma pedra de armas a fechar o arcossólio, em que transparecem de forma inequívoca os cinco escudetes das armas reais completas a carregar a aspa. Acrescentemos outro caso: em Alter do Chão, foi encontrada, em 1935, uma lápide datada de 1432, com as armas de D. Fernando, conde de Arraiolos (futuro primeiro marquês de Vila Viçosa e segundo duque de Bragança), filho secundogénito do primeiro duque. Ali se pode ver que a aspa se encontra, mais uma vez, carregada de cinco escudetes das armas plenas do reino¹⁰. Os testemunhos coevos revelam-se, portanto, inequívocos acerca dos usos continuados do fundador da Casa de Bragança, perpetuados pelos seus filhos.

No entanto, a presença destes escudetes de Portugal-Moderno coloca aparentemente um problema de construção heráldica, uma vez que a bordadura de vermelho repousa sobre a aspa igualmente de vermelho, infringindo assim a lei dos esmaltes (não colocar metal sobre metal, nem cor sobre cor — muito menos tratando-se da mesma cor)¹¹. Abreu e Lima menciona a este respeito a probabilidade de uma infracção intencional, de modo que estas armas primitivas da Casa de Bragança constituíssem o que os heraldistas designam por «armas a inquirir». O objectivo seria levar o observador a comprovar que os portadores destas armas descendiam da Casa Real, sim, mas através de uma linha ilegítima. Esta «infracção voluntária» chamaria assim a atenção para o significado da aspa de vermelho (em si mesma, como vimos, interpretável como sinal de ilegitimidade)¹². Saliente-se que esta infracção não repete a mensagem da aspa, mas apenas chama a atenção para ela; até porque a aspa, embora possa ser utilizada como símbolo de bastardia, não o é necessariamente, podendo ser incluída na ordenação de armas totalmente legítimas.

O timbre de tais armas consistia numa cabeça e num pescoço de um cavalo de negro, sainte, bridado de vermelho. D. Afonso já usava este timbre antes de receber o título ducal: na altura do Concílio de Constança, o códice *De Ministerio Armorum* compilado pelo arauto Constantinopla, mostra as suas armas timbradas enquanto conde de Barcelos¹³. O filho mais velho do primeiro duque de Bragança, D. Afonso, quarto conde de Ourém e primeiro marquês de Valença, utilizou uma forma mais complexa destas armas. Ao escudo do seu pai, D. Afonso acrescentou, entre os escudetes de Portugal-Moderno, quatro cruces de prata florenciadas e vazias: assim aparecem as suas armas em diversas manifestações conhecidas e todas concordantes, tais como o fontanário,

⁹ BORGES, 2000: 69-70.

¹⁰ CALADO, 1948: 25-29.

¹¹ HEIM, 1994.

¹² LIMA, 1998: 120.

¹³ LIMA, 1998: 96.

a torre do paço ou o seu magnífico túmulo, todos na vila de Ourém¹⁴. A inclusão destas cruces afigura-se extremamente interessante: em primeiro lugar, porque é uma forma de D. Afonso diferenciar as suas armas das paternas; em segundo lugar, porque a escolha das cruces se refere à sua ascendência materna, mais especificamente ao seu avô D. Nuno Álvares Pereira, o condestável vitorioso em Aljubarrota, de quem os seus únicos dois netos (D. Afonso e seu irmão mais novo D. Fernando) tinham herdado títulos prestígio, rendimentos vultuosos e vastas propriedades.

É, assim, a cruz dos Pereiras que, nas armas de D. Afonso, carrega a aspa de Bragança¹⁵. O marquês de Valença acrescentou outrossim duas asas ao cavalo sainte usado como timbre pelo seu pai, fundindo-o assim com o da família Pereira (um voo). Nas primeiras gerações da Casa de Bragança, podemos, portanto, observar o entrelaçamento heráldico entre a Casa Real portuguesa e a Casa do condestável Nuno Álvares Pereira, sem dúvida, a mais importante do reino (tanto do ponto de vista patrimonial como simbólico) logo após a linhagem real¹⁶.

Estas primeiras armas, com o respectivo timbre, foram modificadas, em circunstâncias excepcionais, por D. Jaime, quarto duque de Bragança. Reabilitado e restaurado no património e privilégios da sua Casa por D. Manuel I, e na ausência temporária de descendentes deste rei, o duque de Bragança foi declarado herdeiro da Coroa entre 1500 e 1502. Pôde então abandonar a heráldica original da sua Casa e adoptar as armas reais, devidamente diferenciadas com um lambel ou banco de pinchar, como era tradição na Casa Real portuguesa desde o advento da dinastia de Avis¹⁷. O lambel adoptado por D. Jaime apresentava dois pendentés simétricos, cada qual carregado com uma quadrícula partida de Aragão e Aragão-Sicília (ou seja, um franchado das palas de Aragão e da águia imperial de Hohenstaufen). Este banco de pinchar era significativo, pois fazia lembrar o que fora adoptado pelo infante D. Fernando, duque de Viseu e Beja (filho de D. Leonor de Aragão, rainha de Portugal pelo seu casamento com o rei D. Duarte, o que explica a escolha das armas aragonesas como diferença heráldica), pai do rei D. Manuel I, e que este último também tinha utilizado enquanto duque de Beja, antes de subir ao trono¹⁸. Não se deve descartar a hipótese de este banco de pinchar, ao retomar a heráldica régia aragonesa, ser outrossim uma alusão grata ao acolhimento que os Reis Católicos haviam prodigalizado ao duque D. Jaime durante o seu exílio na monarquia vizinha. Serviria então o lambel para salientar, em certa medida, a proximidade entre as casas reais da Península Ibérica, desejada tanto pelo reino de Espanha como pelo reino de Portugal na transição do século XV para o século XVI.

¹⁴ PINTO, 2009: 185-200.

¹⁵ AZEVEDO, 1989: 155-164; SEIXAS, GALVÃO-TELLES, 2005: 296-298.

¹⁶ SEIXAS, GALVÃO-TELLES, 2009: 205-217.

¹⁷ MATTOS, 1940: 63-75.

¹⁸ AZEVEDO, 1963: 274-277; SEIXAS, 2021: 62-75.

Ao retomar as armas reais diferenciadas exactamente como o seu primo D. Manuel as tinha usado antes de se tornar rei, D. Jaime de Bragança não só se assumiu como o eventual herdeiro da Coroa, como colocou em igual posição os seus sucessores no ducado. Na mesma ocasião, o quarto duque de Bragança abandonou o timbre da cabeça do cavalo, tradicional da sua Casa, em prol do timbre do dragão, próprio da Casa Real portuguesa desde o reinado de D. João I. Na heráldica dos duques de Bragança, este dragão adopta a cor verde, porventura por se tratar da cor da libré desta Casa, integrando assim a lógica do «ritmo heráldico» definido para os filhos do rei pelo monumental armorial *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas*¹⁹.

Foi este mesmo duque D. Jaime que seguiu outro uso emblemático típico da Casa Real e que, ao longo do século XV, tinha sido adoptado por vários cortesãos como forma de marcar visualmente a sua pertença ao círculo restrito da corte: a adopção de uma empresa²⁰. Com efeito, é atribuído ao quarto duque de Bragança uma empresa que consiste num nó acompanhado pelo lema (ou alma, para usar a terminologia usada nos tratados de armaria) «Depois de Vós, Nós». No entanto, as crónicas e outras fontes historiográficas que traçam a origem deste lema apontam para um significado mais matizado. No primeiro quartel do século XVII, Francisco Soares Toscano relatou que «com justa causa deixou o Duque D. Jaimes por Empresa á Real Casa de Bragança huns cordoens atados com huns nós com huma letra que diz, *Depois de vòs*, alludindo a serem os primeiros a pos a Casa Real»²¹. Vinte anos mais tarde, o padre Manuel Calado aludiu com mais pormenor à chamada porta dos nós de Vila Viçosa, afirmando que esta era decorada «cõ as armas reaes, & cõ huns nós corridos, feitos de pedra, & huma letra que dizia. *Despois de vòs*. E abaixo destes nós estão outros cegos nos batentes da portada, cõ huma letra, que dizia. *Despois de nós*, para significar o que se segue. Despois da pessoa Real, nós somos os primeiros na grandeza, & pretensão do Reyno; & todos os outros Duques, Marquezes, & Condes, são despois de nós»²².

Entendimento similar foi seguido na mesma época pelo padre António Soares de Albergaria, com a intenção de defender as prerrogativas da Casa de Bragança no seio da monarquia hispânica: «Por donde con justa causa tomó por empresa la real casa de Bargança unos cordones en nudos, con una letra que dize *Despues de Vos*, alludiendo a ser los primeros despues de la casa real [...] y por ser el mas antiguo Duque en España, de los que agora conservan su dignidad y estado»²³. Estes autores do século XVII apontaram assim o nó como empresa de D. Jaime, hesitando, contudo, entre os lemas «Depois de Vós» e «Depois de Nós», e eliminando a versão «Depois de Vós, Nós».

¹⁹ AZEVEDO, 1965: 40-43.

²⁰ HABLLOT, 2002: 319-341.

²¹ TOSCANO, 1623: p. introdutória não numerada.

²² CALADO, 1668: 97.

²³ ALBERGARIA, 1631: 22v.

Tal interpretação foi retomada e sistematizada por D. António Caetano de Sousa, que atribuiu por empresa a D. Jaime de Bragança «huns Cordoens atados com huns nós com a letra, que dizia: *Depois de vós*: aludindo a serem os Duques os primeiros depois da Casa Real»²⁴. Mais adiante, referindo-se ao sexto duque, o teatino heraldista aclara: «Teve o Duque D. João por Empreza a mesma, que usara o Duque D. Jayme seu avô, que foy huns Cordoens atados com a letra: *Depois de vós*, a que accrescentou a palavra *nós*, a qual usaraõ seus successores, como se vio em algumas occasioens publicas de celebri-dades desta Serenissima Casa»²⁵. Assim, de acordo com este genealogista da Casa Real, a empresa tinha originalmente consistido no lema «Depois de Vós», a que só mais tarde foi adicionada a palavra «Nós».

É, no entanto, estranho que a empresa brigantina não surja como complemento das respectivas armas, como era prática comum na altura — e que o rei D. Manuel I tratara de levar ao paroxismo. De facto, as representações conhecidas da heráldica ducal omitem o tema do nó: veja-se, por exemplo, a placa da lareira da sala de aparato do Palácio de Vila Viçosa²⁶ e os painéis de azulejos encomendados para este mesmo edifício pelo duque D. Teodósio, filho de D. Jaime²⁷ (Fig. 2).



Fig. 2. Painel de azulejos com as armas do duque D. Teodósio I de Bragança
Fonte: Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Vila Viçosa

Considerando, portanto, que a empresa de D. Jaime de Bragança terá sido constituída pelo lema «Depois de Vós» associado à figura de um nó, tal escolha tornaria possível uma interpretação não só clara, mas também bem-adaptada às circunstâncias em que este duque foi restituído à posse e dignidade da Casa dos seus antepassados.

²⁴ SOUSA, 1735: V-604.

²⁵ SOUSA, 1735: VI-267.

²⁶ SENOS, 2018b: 367.

²⁷ SIMÕES, 1946; PAIS, 2018: 145-152.

De facto, como se viu, D. Manuel I não só chamou D. Jaime do exílio e restituiu-o à posse do vasto património dos duques de Bragança, como até o reconheceu como o seu parente de sangue mais próximo (em claro detrimento de D. Jorge, o filho ilegítimo do rei D. João II, a quem este planeou deixar a Coroa, mas sem sucesso)²⁸ e mesmo como herdeiro do trono na ausência de descendentes directos do monarca²⁹.

Assim, a frase «Depois de Vós» fazia sentido como uma homenagem explícita e marca de lealdade em relação a quem o duque devia a elevação da sua pessoa e a restituição da sua Casa. A emulação do duque em relação ao seu primo rei também se expressou através da construção de estruturas arquitectónicas e urbanas como o complexo de Vila Viçosa, constituído pelo novo palácio com o seu terreiro e coutada murallhada, e os conventos vizinhos de Santo Agostinho e das Chagas, que serviam respectivamente de panteão para os duques e duquesas, e o antigo castelo medieval³⁰. Infelizmente, a pedra com as armas ducais que D. Teodósio I de Bragança encomendou para a nova fachada monumental do Palácio de Vila Viçosa não foi colocada no seu lugar (ou foi, por qualquer motivo, removida): talvez contivesse, juntamente com o brasão de armas, uma manifestação do nó³¹; mas preservou-se a bela porta dos nós, que dava acesso à coutada (Fig. 3).

Existe também registo da presença do nó nos outros dois grandes palácios que os duques de Bragança possuíam e frequentavam com assiduidade: os de Évora e Lisboa (excluem-se os paços de Guimarães e de Barcelos, que os duques possuíam, mas haviam deixado de frequentar). O Palácio de Évora, perto das Portas de Moura, tinha também uma porta decorada com o motivo do nó com «grande significado, em razão do tratamento figurativo muito próximo da Porta do Nó do paço de Vila Viçosa»³². Para o Palácio de Lisboa, o padre Soares de Albergaria registou a presença de um escudo complementado com o mesmo tema do nó, tal como acontecia em Vila Viçosa: «e por isso se lhes põy hum cordão com nos ao redor do escudo, como esta no dos seus passos de Lisboa e de Vila Viçosa»³³.

²⁸ GALVÃO-TELLES, 2016: 363-376.

²⁹ ROSA, 1998: 319-331.

³⁰ SOROMENHO, 1997: 39-43.

³¹ SENOS, 2018: 131.

³² TEIXEIRA, 1983: 17.

³³ ALBERGARIA, [1581-1639]: 70.

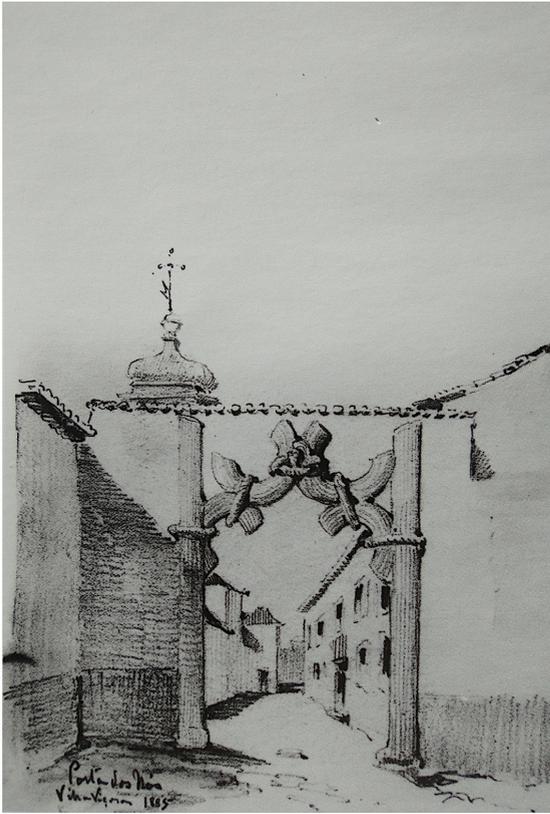


Fig. 3. Porta dos nós, paço de Vila Viçosa, desenho de D. Carlos I de Portugal, 1885
Fonte: Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Vila Viçosa



Fig. 4. Fachada da Fortaleza-Palácio de Évora Monte, com a empresa do nó

Contudo, o tema do nó assume um destaque incomparável noutra lugar de poder da Casa de Bragança erigida pelo duque D. Jaime: a fortaleza-palácio renascentista de Évora Monte, onde o nó assume extraordinário protagonismo como único elemento decorativo e identificador das quatro fachadas simétricas³⁴ (Fig. 4).

Como observa José Custódio Vieira da Silva: «Manifestamente assumida como significante do poderio dos Braganças, [a fortaleza] impõe-se na sua linguagem orgulhosa através da ousada arquitectura e da *assinatura* dos cordões que, definindo os três pisos da construção, se rematam, no centro de cada fachada, em nós que falam a linguagem heráldica da casa de Bragança»³⁵. Finalmente, a emulação entre as casas real e ducal também se reflectiu em questões cerimoniais, nas quais os duques tentaram imitar os reis, obtendo cada vez mais privilégios ao longo do século XVI³⁶. O recente restauro dos frescos da escadaria de aparato do Palácio de Vila Viçosa, alusivos à conquista da fortaleza marroquina de Azamor pelo duque D. Jaime (caso único de conquista ultramarina levada a cabo não pela Coroa, mas por um súbdito do rei de Portugal), evidenciou o uso de uma bandeira branca com as armas ducal ao centro (com o escudo encimado por coronel de duque), emulando claramente a composição coeva da bandeira real³⁷.

O nó representaria assim uma excelente forma de mostrar os laços estreitos e diversificados que ligavam D. Jaime ao seu régio primo D. Manuel I, mostrando que ambos partilhavam um etos aristocrático que implicava a aceitação da hierarquia definida pelo rei enquanto fonte de justiça — e, em particular, fonte de justiça heráldica³⁸. De um ponto de vista formal, o tema da corda e dos nós já tinha aliás sido utilizado por sucessivos membros da Casa de Avis, desde a geração dos filhos de D. João I, com o objectivo de realçar visualmente a harmonia que reinava entre os membros da família real. Assim, o citado infante D. Fernando, duque de Beja-Viseu e pai de D. Manuel I, assumira como empresa uma bóia (sinal de salvação) rodeada por uma corda atada em ponta: o que fornece mais uma pista para a compreensão do significado do uso repetitivo da corda na emblemática manuelina. Tampouco se deve esquecer que o mesmo tema do nó górdio tinha sido adoptado como empresa pelo rei Fernando, *o Católico*, vindo a integrar a figuração emblemática conjunta com a sua esposa, a rainha Isabel³⁹. Mas a corda ou cadeia de corrente eram então também figuras habitualmente utilizadas, em toda a Europa, para assinalar a consciência e o ideal de uma nobreza unida em torno do príncipe, a favor de um conjunto de valores partilhados; como tal, sinalizavam e evidenciavam a pertença à sociedade de corte.

³⁴ RUAS, *coord.*, 2006.

³⁵ SILVA, 2002: 185.

³⁶ CUNHA, 2000: 149-165.

³⁷ MURAL DA HISTÓRIA, 1997: 22-25.

³⁸ HABLOT, 2012: 223-240.

³⁹ DOMÍNGUEZ CASAS, 2007: I, 335-360; MENÉNDEZ PIDAL, 2005: 99-138.

Não é impossível que a associação deste lema à figura do nó se refira a uma complementaridade entre a palavra escrita e a imagem, como aconselhavam os tratados da época, correspondendo à expressão completa «Depois de Vós, Nós». O que pode ter contribuído para a posterior assunção deste lema pelo duque D. João I — e talvez também para a confusão que, como se viu, se espalhou entre os exegetas da empresa da Casa de Bragança. Tanto a manutenção pelos sucessivos duques de Bragança da utilização das referidas armas reais diferenciadas, como a transmissão hereditária do nó como empresa da Casa Ducal serviram, sem dúvida, para proclamar a situação privilegiada e a proximidade desta Casa em relação aos reis de Portugal.

Durante o período em que os reis de Espanha ocuparam o trono de Portugal, entre 1580 e 1640, ambas as particularidades emblemáticas foram sistematicamente colocadas ao serviço dos objectivos da Casa de Bragança de se afirmar como contrapoder e, finalmente, como uma alternativa à dinastia de Habsburgo. Após a aclamação do duque de Bragança como D. João IV de Portugal, em 1640, a Casa de Bragança não parece ter sentido a necessidade de reiterar a mensagem contida no lema do nó. Talvez esta tivesse perdido a sua agudeza: o acesso ao trono esvaziara-a de significado.

Com uma excepção, porém: a porta do nó, erguida a mando de D. João IV na muralha de Vila Viçosa (Fig. 5), que jogava espirituosa e eruditamente com o tema do nó górdio, desenhando um paralelo messiânico entre o restaurador da independência portuguesa e Alexandre Magno⁴⁰. É lógico que a concepção de tal explicação mitográfica se devia a alguém próximo do rei, como o seu secretário João Pinto Ribeiro, que glosou



Fig. 5. Porta do Nó, de acesso à tapada de Vila Viçosa

⁴⁰ TEIXEIRA, 1983: 30.

o assunto em obra impressa, retroprojectando o significado da empresa do duque D. Jaime: «Abriste-nos os olhos para entendermos as voltas daquelle no Gordiano, com o duque Dom Jayme, como pronóstico do que vemos tantos annos antes com os seus nos e a letra Depois de Vos, Nos; mostrou que a verdadeira successão deste Reyno era Bragança»⁴¹. Para o messianismo tão agudamente cultivado na época da Restauração, o lema brigantino do nó assumia assim uma carga profética. Tornou-se mais um elemento, tanto visual como simbólico, usado para justificar a legitimidade da independência restaurada de Portugal sob a Casa de Bragança. De igual modo, o dragão, timbre das armas reais portuguesas assumido pela linhagem Bragança, como vimos, desde o duque D. Jaime no início do século XVI, adquiriu uma nova importância e projecção simbólica durante a Restauração de 1640. O dragão assumiu, então, o papel de fera emblemática da monarquia portuguesa, capaz de se opor, através da sua força e poder, ao leão, timbre das armas reais espanholas. A guerra travada nos campos de batalha, que deixou o destino do movimento restauracionista em aberto durante vinte e oito longos e difíceis anos, foi também uma guerra simbólica entre estes dois animais⁴². Tal é evidenciado, de ambos os lados, pelo recurso recorrente a gravuras que ilustram as obras apologeticas de cada um dos beligerantes. Neste quadro, a supremacia do dragão português encontrava aliás um apoio inesperado e precioso na sua recente inclusão no bestiário dos papas pós-tridentinos⁴³.

Caída em desuso após a paz assinada com Espanha em 1668, a empresa do nó brigantino só foi reavivada na segunda metade do século XIX, no contexto do revivalismo emblemático concebido sob o signo do romantismo. De facto, encontramos-lo novamente num tecido de parede encomendado por D. Maria Pia de Sabóia, rainha de Portugal pelo seu casamento com D. Luís I, em 1862, para o Palácio Real da Ajuda, em Lisboa⁴⁴. Aí, pode-se observar, entre outras figuras emblemáticas como o dragão e a estrela, assim como os lemas das duas Casas, a figura do nó com a letra «Depois de Vós, Nós»⁴⁵ (Fig. 6).

Contudo, o nó que aparece no tecido do paço da Ajuda não faz apenas alusão à Casa de Bragança, pois era também empresa da Casa de Sabóia. Adoptado por Amadeu VI, em 1354, por ocasião de um torneio em Chambéry, o nó já aparecia no selo equestre deste mesmo duque, semeado no campo, à volta da figura do cavaleiro⁴⁶. Desde então, o nó tornou-se um elemento constante na emblemática da Casa de Sabóia. Como na maioria das empresas medievais, o seu significado, mais do que misterioso, é verdadeiramente

⁴¹ RIBEYRO, 1645: 16.

⁴² SIMÕES, 2011: 243-260.

⁴³ BAGLIANI, 2018: 49-58.

⁴⁴ SEIXAS, 2018b.

⁴⁵ SEIXAS, 2018a: 171-186.

⁴⁶ GENTILE, 2008: 204.



Fig. 6. Tecido de parede dos apartamentos da rainha D. Maria Pia de Sabóia no paço real da Ajuda: pormenor da empresa sabaudo-brigantina do nó. Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa

polissémico: como aponta Luisa Gentile, o nó de Sabóia evocava uma fidelidade que poderia ser de natureza religiosa, vassálica ou amorosa (*laço de amor*)⁴⁷. Mas, sobretudo, quando os duques de Sabóia criaram a Ordem do Colar, o nó foi-lhe imediatamente associado. Deste modo, «il nodo, in un ordine che si voleva costituito da *pares*, poteva simboleggiare l'unione indissolubile dei cavalieri tra loro e dei cavalieri col principe»⁴⁸. Como aponta Michel Pastoureau, o nó tornou-se, assim, um emblema que intervém em três níveis diferentes: o nível pessoal do soberano (conde e depois duque), o nível dinástico da Casa de Sabóia e o nível institucional da Ordem do Colar⁴⁹. Tanto a polissemia desta empresa como a diversidade das suas aplicações fizeram com que a sua utilização pela Casa de Sabóia fosse ininterrupta desde o século XV, conjugando-se amiúde com a heráldica dinástica.

⁴⁷ GENTILE, 2008: 204.

⁴⁸ GENTILE, 2008: 204.

⁴⁹ PASTOUREAU, 1994: 32.

O que levou a rainha D. Maria Pia a recuperar este emblema das casas de Bragança e Sabóia? Em primeiro lugar, não há dúvida de que o casamento de D. Luís I e D. Maria Pia foi visto como uma união providencial, da qual dependia a sobrevivência do ramo português e liberal da dinastia de Bragança, circunscrita à descendência cada vez mais escassa da rainha D. Maria II, falecida em 1853. Uma vez demonstrada a fecundidade do casamento, foi considerado necessário destacar vários pontos de ligação entre as duas casas reais que por ele se haviam unido⁵⁰. De um ponto de vista histórico, antes de mais. Procurou vincar-se uma espécie de paralelismo entre as casas de Bragança e Sabóia: ambas tinham alcançado o estatuto ducal no século XV, almejando, durante séculos, alcançar a dignidade real; ambas haviam ascendido à realeza durante o Antigo Regime — a Casa de Bragança, na altura da Restauração em 1640, a Casa de Sabóia quando lhe foi dado o reino da Sicília, em 1713, pelo Tratado de Utrecht, trocado pelo da Sardenha, em 1720, pelo Tratado de Londres. Finalmente, no século XIX, ambas as dinastias haviam logrado, de um modo ou de outro, encabeçar o movimento para refundar os seus respectivos Estados: a Casa de Bragança, liderando o que foi chamado a «segunda fundação» do reino, e a Casa de Sabóia, protagonizando a unificação da Itália e criando uma monarquia decorrente.

No entanto, a glosa deste paralelismo histórico foi também transferida para o nível ideológico: as duas casas apresentavam-se como linhagens medievais que haviam sabido adaptar-se aos novos tempos e empenhar-se na construção do modelo monárquico constitucional. Neste sentido, a comunhão de empresas brigantinas e saboianas não funcionou apenas como uma forma de memória e reconstrução de um passado comum: teve também um carácter prospectivo, servindo como expressão de um futuro dinástico comum.

Em ambos os casos, enfatizou-se o papel da expressão heráldica da dinastia real na afirmação da legitimidade histórica assim renovada: um valor patriótico e nacionalista que difere fundamentalmente da mensagem heráldica do Antigo Regime. Para a Casa de Sabóia, estas intenções levaram a uma drástica simplificação da heráldica dinástica: a composição complexa tradicional, expressiva de quimeras genealógicas e parcelas territoriais, foi abandonada, mantendo-se apenas a simples cruz chã, único emblema capaz de simbolizar e promover a unidade nacional italiana⁵¹. No caso português, a própria natureza das armas reais, desde muito cedo ligadas ao conceito abstracto de monarquia e desligadas de um entendimento verdadeiramente territorial, ajudou a mantê-las sem quaisquer alterações para além das de estilo, no contexto da monarquia constitucional⁵². E também se procurou uma expressão visual da legitimidade política mediante recurso não apenas à heráldica régia, mas também à heráldica municipal: em ambas as monarquias,

⁵⁰ LOPES, 2012: 135-142.

⁵¹ GENTILE, 2007: LIV-LXXI.

⁵² SEIXAS, 2019.

as armas reais viram-se representadas juntamente com o conjunto de insígnias municipais por ocasião das grandes cerimónias de consagração da monarquia, nos espaços de memória que foram então (re)criados⁵³.

As uniões matrimoniais entre dinastias igualmente envolvidas na defesa de um modelo monárquico constitucional foram assim entendidas como um momento propício para a consagração do ideal cívico nacional. Daí a propensão para que tais ocasiões fossem investidas não só com pompa áulica, como também com uma dimensão festiva para todos os cidadãos. A dinastia procurava assim projectar-se na pátria renovada, propondo um novo modelo para a encarnação do poder na pessoa do rei e da sua família⁵⁴: a legitimidade de origem divina, que ainda era mencionada porque estava implícita no princípio hereditário, justapunha-se à ideia de uma comunhão de ideais entre o soberano e todos os seus súbditos, que eram também seus concidadãos.

Os casamentos reais foram assim entendidos — e utilizados — como festivais nacionais. Como o casamento de D. Luís I e D. Maria Pia provou ser uma união duradoura, capaz de assegurar a continuidade dinástica, o palácio onde a família real tinha assumido residência arrogou-se como expressão emblemática desta aliança. O Palácio da Ajuda foi, de certa forma, considerado como a sede da dinastia revivificada, razão pela qual foi ali instalado um repositório da heráldica combinada das duas Casas, aplicado a todo o tipo de objectos de uso quotidiano ou de aparato. A mensagem contida nesta profusão de armas da aliança Portugal-Sabóia foi complementada pelas pinturas historicistas então encomendadas para os salões, que recordavam a antiguidade das uniões dinásticas entre as duas Casas, fazendo-as remontar ao casamento do próprio fundador da monarquia portuguesa com D. Mafalda de Sabóia. De igual modo, numerosos retratos da família real italiana espalhavam-se pelo palácio, havendo mesmo uma galeria de retratos armoriados⁵⁵.

É, portanto, na sequência desta proliferação de sinais de aliança dinástica que devemos situar o tecido de parede com as empresas combinadas das casas de Bragança e Sabóia no paço da Ajuda. As empresas completavam o entrelaçamento heráldico das duas dinastias. O seu carácter enigmático aliava-se ao seu valor estético para criar um universo evocativo, a um tempo historicista e onírico. Assim, mais do que qualquer outra manifestação visual, as empresas prestavam-se para condensar o revivalismo medievalista de um gosto romântico exacerbado. Note-se, de resto, que o romantismo nutriu desde o início uma predilecção marcada pela emblemática medieval⁵⁶. Mais surpreendentemente,

⁵³ CIRRI, CASPRINI, SAVORELLI, 2014; SEIXAS, 2011.

⁵⁴ O caso português pode comparar-se, neste sentido, aos casos espanhol e italiano. Cf. SÁNCHEZ GARCIA, *coord.*, 2019; BRICE, 2010.

⁵⁵ SEIXAS, VAZ, 2002: 113-130.

⁵⁶ LOSKOUTOFF, 1996: 25-51.

tal gosto soube adaptar-se depois à literatura realista⁵⁷ e, de forma mais expectável, à corrente simbolista⁵⁸. No caso do tecido do paço da Ajuda, no entanto, duas ordens de valores devem ser tidas em conta: em termos gerais, a escolha das empresas pode ser explicada pela necessidade de construir a identidade da Casa Real, decorrente da união entre D. Luís I e D. Maria Pia; mas, talvez, além disso, tenha havido uma propensão pessoal da rainha que a inclinou para tal escolha. Muito mais do que o seu marido, a princesa saboiana parece ter alimentado um interesse particular por este tipo de expressão simbólica. Preocupação confirmada pelo *Livro dos Brazões d'Armas da Familia Real Portuguesa*⁵⁹, que o escrivão da nobreza Carlos Augusto da Silva Campos escreveu e ilustrou, dedicando a obra à rainha, o que nos leva a considerar a hipótese de esta ter sido encomendada por D. Maria Pia, preocupada em que a Casa Real seguisse preceitos heráldicos correctos e conformes com a tradição portuguesa. No caso das empresas, houve também uma feliz coincidência formal e simbólica entre as utilizadas pelas casas de Bragança e Sabóia: o nó, a que ambas haviam recorrido desde os tempos tardo-medievais, surgia, agora, redivivo, como expressão simbólica da recente união dinástica, da qual emergira um novo ramo da Casa Real, capaz de assegurar um futuro promissor. Este gosto por emblemas medievais revividos perdurou até ao fim da dinastia. D. Manuel II, o último rei de Portugal, foi um dedicado bibliófilo e estudioso. Conhecedor, portanto, destes usos, não hesitou em utilizar no seu *ex-libris* duas empresas dos seus antepassados (Fig. 7): a esfera do rei D. Manuel I e o nó da Casa de Bragança (e Sabóia), com o respectivo lema «Depois de Vós, Nós».



Fig. 7. *Ex-libris* do rei D. Manuel II, com as empresas da esfera armilar e do nó, e o lema «Depois de Vós, Nós»

⁵⁷ LOSKOUTOFF, 1999-2000: 39-55.

⁵⁸ SEIXAS, 2008: 44-66.

⁵⁹ CAMPOS, 1885.

FONTES MANUSCRITAS

- ALBERGARIA, Padre Antonio Soares de [1581-1639]. *Armaria*. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, *Reservados*. Cód. 1118.
- ALBERGARIA, Padre Antonio Soares de (1631). *Triunfos de la Nobleza Lusitana y Origen de sus Blasones*. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, *Reservados*. Cód. 1119.
- CAMPOS, Carlos Augusto da Silva (1885). *Livro dos Brazões d'Armas da Familia Real Portuguesa*. Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa. Cota de inventário 1234.

FONTES PUBLICADAS

- CALADO, Padre Manoel (1668). *O Valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade, Primeira Parte*. Lisboa: Oficina de Domingos Carneiro.
- NASCIMENTO, Aires Augusto, ed. (1977). *Livro de Arautos — De Ministerio Armorum, Script. Anno MCCCCXVI — Estudo codicológico, histórico, literário, linguístico — Texto crítico e tradução*. Lisboa: s/n.
- RIBEYRO, João Pinto (1645). *Desengano ao parecer enganoso que se dev a Felipe III, contra Portvgal*. Lisboa: por Paulo Craesbeeck.
- RODRIGUES, António (1931). *Tratado Geral de Nobreza*. Porto: Biblioteca Pública Municipal.
- SOUSA, D. António Caetano de (1735). *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos, e Escritores de inviolavel fé, e offerecida a elRey D. Joaõ V. Nosso Senhor*. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real.
- TOSCANO, Francisco Soares (1623). *Parallos de Principes, e Varoens Illustres Antigos a que muitos da nossa Nação Portuguesa se assemelhãrão em suas obras, ditos, e feitos: com a origem das Armas de algumas familias deste Reyno*. Évora: por Manoel de Carvalho.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de (1963). *Meditações Heráldicas — VIII — As armas dos 2.^{os} Duques de Viseu*. «Armas e Troféus». 2:IV-3, 274-277.
- AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de (1965). *Meditações heráldicas — XIV — Um ritmo heráldico, os lambéis dos filhos de D. Manuel I*. «Armas e Troféus». 2:VI-1, 40-43.
- AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de (1989). *Meditação sobre as prováveis armas de Nuno Álvares Pereira, conde de Ourém, fundador do Carmo*. In *Comemoração dos 600 anos da fundação do Convento do Carmo em Lisboa*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 155-164.
- BAGLIANI, Agostino Paravicini (2018). *Le bestiaire du pape*. Paris: Les Belles Lettres.
- BORGES, José Guilherme Calvão (2000). *Tombo Heráldico do Noroeste Transmontano — Volume primeiro — Concelhos de Chaves e Valpaços*. Lisboa: Livraria Bizantina.
- BRICE, Catherine (2010). *Monarchie et identité nationale en Italie (1861-1900)*. Paris: EHESS.
- CALADO, Rafael Salinas (1948). *Brazões dos Duques de Bragança no seu antigo senhorio da Vila de Alter do Chão*. «O Instituto». 111, 1-51.
- CASTRO, Miguel de Mello e (1957). *Pedras-de-armas de Ourém*. Lisboa: O Ocidente.
- CIRRI, Laura; CASPRINI, Sergio; SAVORELLI, Alessandro (2014). *Le Bandiere di Dante. L'inaugurazione del monumento a Dante in Firenze Capitale*. Firenze: Edizioni Il Campano.
- CUNHA, Mafalda Soares da (2000). *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa.
- DOMÍNGUEZ CASAS, Rafael (2007). *Las divisas reales. Estética y propaganda*. In *Isabel la Católica y su época*. Valladolid: Universidad de Valladolid, vol. 1, pp. 335-360.

- GALVÃO-TELLES, João Bernardo (2016). *A tentativa de legitimação de D. Jorge, filho bastardo de D. João II: o estado da questão*. «Armas e Troféus». IX: 18, 363-376.
- GENTILE, Luisa Clotilde (2007). *Lo stemma e le sue variazioni, specchio della politica in età moderna*. In BARBERIS, Walter, dir. *I Savoia. I secoli d'oro di una dinastia europea*. Torino: Giulio Einaudi editore, pp. LIV-LXXI.
- GENTILE, Luisa Clotilde (2008). *Riti ed emblemi. Processi di rappresentazione del potere in area subalpina (XIII-XVI secc.)*. Torino: Silvio Zamorani editore.
- HABLOT, Laurent (2002). *Les signes de l'entente. Le rôle des devises et des ordres dans les relations diplomatiques entre les ducs de Bourgogne et les princes étrangers de 1380 à 1477*. «Revue du Nord», 345-346/84, 319-341.
- HABLOT, Laurent (2012). *La captation royale de l'expression emblématique à la fin du Moyen Âge*. In MENEGALDO, Silvère; RIBÉMONT, Bernard Ribémont, dir. *Le Roi Fontaine de Justice: pouvoir justicier et pouvoir royal au Moyen Âge et à la Renaissance*. Paris: Klincksieck, pp. 223-240.
- HEIM, Bruno Bernard (1994). *Or and Argent*. Gerrards Cross: Van Duren.
- LIMA, João Paulo de Abreu e (1998). *Armas de Portugal. Origem. Evolução. Significado*. Lisboa: Edições Inapa.
- LOPES, Maria Antónia (2012). *Rainhas que o povo amou. Estefânia de Hohenzollern. Maria Pia de Sabóia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- LOSKOUTOFF, Yvan (1996). *I am you know a herald: l'héraldique de Walter Scott*. «Revue Française d'Héraldique et de Sigillographie». 66, 25-51.
- LOSKOUTOFF, Yvan (1999-2000). *Le banc d'église et le porte-cigares: l'héraldique dans le roman réaliste*. «Revue Française d'Héraldique et de Sigillographie». 69-70, 39-55.
- MATTOS, Armando de (1940). *A Heráldica dos Braganças*. In MATTOS, Armando. *Heráldica (Estudos, notas e comentários)*. Porto: Companhia Editora do Minho, pp. 63-75.
- MENÉNDEZ PIDAL, Faustino (2005). *Tanto monta. El escudo de los Reyes Católicos*. In SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, ed. *Isabel la Católica vista desde la Academia*. Madrid: Real Academia de la Historia de España, pp. 99-138.
- MENÉNDEZ PIDAL, Faustino (2014). *Los emblemas heráldicos. Novecientos años de historia*. Sevilla: Real Maestranza de Caballería de Sevilla.
- MURAL DA HISTÓRIA (1997). *Restauro das pinturas murais da escadaria monumental*. «Monumentos». 6, 22-25.
- PAIS, Alexandre (2018). *Clarividência: os azulejos flamengos encomendados por D. Teodósio*. In HALLETT, Jessica; SENOS, Nuno, coords. *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 145-152.
- PARAVICINI, Werner (2008). *Signes et couleurs au Concile de Constance: le témoignage d'un héraut d'armes portugais*. In TURREL, Denise et al. *Signes et couleurs des identités politiques. Du Moyen Age à nos jours*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 155-188.
- PASTOUREAU, Michel (1993). *Traité d'Héraldique*. Paris: Picard.
- PASTOUREAU, Michel (1994). *L'emblématique princière à la fin du Moyen Age. Essai de lexique et de typologie*. In ANDENMATTEN, Bernard; PARAVICINI, Agostino; VADON, Annick. *Héraldique et emblématique de la Maison de Savoie (XF-XVF s.)*. Lausanne: Fondation Humbert II et Marie José de Savoie/ Cahiers Lausannois d'Histoire Médiévale, pp. 11-43.
- PINTO, Segismundo (2009). *A heráldica de D. Afonso, IV Conde de Ourém, I Marquês de Valença*. «Dislivro Histórica». 2, 185-200.
- ROSA, Maria de Lurdes (1998). *D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça*. In CURTO, Diogo Ramada, dir. *O Tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses / Difel, pp. 319-331.

- RUAS, João, *coord.* (2006). *Um castelo de histórias: sete séculos de história de Évora-Monte*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz.
- SÁNCHEZ GARCIA, Raquel, *coord.* (2019). *Un rey para la nación. Monarquía y nacionalización en el siglo XIX*. Madrid: Sílex.
- SANTOS, Maria Alice Pereira dos (2008). *O Olhar Ibérico sobre a Europa Quatrocentista no Livro de Arautos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.
- SAVORELLI, Alessandro (2013). *L'araldica per la storia: una fonte ausiliaria?* In PAOLI, Maria Pia, *dir.* *Nel laboratorio della storia. Una guida alle fonti dell'età moderna*. Roma: Carocci editore, pp. 289-318.
- SEIXAS, Miguel Metelo de (2008). *E o meu braço [...] Tem de oiro n'um quartel vermelho um lys [...] Camilo Pessanha e a heráldica*. «Oriente». 19, 44-66.
- SEIXAS, Miguel Metelo de (2011). *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- SEIXAS, Miguel Metelo de (2018a). *Revivalismos emblemáticos oitocentistas: um tecido de parede do paço real da Ajuda*. In FERREIRA, Maria João, *coord.* *Os têxteis e a Casa de Bragança: entre a utilidade e o deleite (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Scribe, pp. 171-186.
- SEIXAS, Miguel Metelo de (2018b). *Stars, Knots, Dragons and Royal Weddings: Badges of the Houses of Braganza and Savoy in a Nineteenth-Century Portuguese Royal Palace*. «Visual Resources». 34:3/4, 1-23.
- SEIXAS, Miguel Metelo de (2019). *Quinas e castelos, sinais de Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- SEIXAS, Miguel Metelo de (2021). *A emblemática manuelina, instrumento de comunicação política*. In CAETANO, Joaquim Oliveira; AZEVEDO, Rosa; LOUREIRO, Rui Manuel, *coords.* *Vi o Reino renovar. Arte no tempo de D. Manuel I*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, pp. 62-75.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; COLAÇO, José Estevéns (2007). *De vermelho, um leão de ouro [...] Relações entre a heráldica de família e a heráldica do Exército Português*. Lisboa: Dislivro Histórica.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo (2002). *Heráldica no concelho de Fronteira*. Fronteira: Universidade Lusíada / Câmara Municipal de Fronteira.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo (2005). *Peregrinações Heráldicas Oisiponenses. A Freguesia de Santa Maria de Belém*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa / Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo (2009). *O condestável D. Nun'Álvares e as armas dos Pereiras revisitadas*. In OLIVEIRA, Humberto; MOITA, Cristina; TEIXEIRA, *coords.* *Olhares de hoje sobre uma vida de ontem. D. Nuno Álvares Pereira: homem, herói e santo*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora / Ordem do Carmo em Portugal, pp. 205-217.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; VAZ, João de Morais (2002). *Uma série de molduras armoriadas do Palácio Nacional da Ajuda referentes à parentela da rainha D. Maria Pia de Sabóia*. «Tabardo». 1, 113-130.
- SENOS, Nuno (2018a). *A ampliação do paço de Vila Viçosa*. In HALLETT, Jessica; SENOS, Nuno *coord.* *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 109-134.
- SENOS, Nuno (2018b). *Conclusão: de todas as partes do Mundo*. In HALLETT, Jessica; SENOS, Nuno *coord.* *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 355-375.
- SILVA, José Custódio Vieira da (2002). *Paços medievais portugueses*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- SIMÕES, André (2011). *O leão e o dragão no imaginário da Restauração*. In ALBERTO, Paulo Farmhouse; FURTADO, Rodrigo, *coord.* *Quando Portugal era Reino de Leão*. Lisboa/León: Universidade de Lisboa / Universidad de León, pp. 243-260.

- SIMÕES, J. M. Santos (1946). *Os azulejos do paço de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- SOROMENHO, Miguel (1997). *Uma miragem real. O panteão para os duques de Bragança na igreja de Nossa Senhora da Graça do Convento de Santo Agostinho*. «Monumentos». 6, 39-43.
- TEIXEIRA, José (1983). *O Paço Ducal de Vila Viçosa, sua arquitectura e colecções*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.